

DIALOGISMO OU POLIFONIA?

MARIA LETÍCIA DE ALMEIDA RECHDAN

Departamento de Ciências Sociais e Letras

Universidade de Taubaté

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar um artigo de opinião (Folha de São Paulo, 1º de abril de 2000) para verificar a presença do dialogismo neste gênero, desmitificando essa tendência a generalizar os gêneros como polifônicos, segundo Bakhtin (*apud* BRAIT, 2000). Para constatação desta afirmação, discorreremos sobre alguns postulados teóricos que nos serão imprescindíveis para este estudo: a enunciação, destacando o conceito de tema e significação, dialogismo, polifonia, sujeito, heterogeneidade, gênero em Bakhtin (1981, 1992, 1997, 2002), em estudiosos de sua teoria, como Brait (1996, 1999, 2000), Brandão (1995), Clark e Holquist (1998), Koch (1987, 1998), Maingueneau (1989). Em se tratando de artigo de jornal, julgamos importante mencionar Fowler (1991), analista crítico do discurso, que fez um estudo minucioso sobre o papel da estrutura lingüística na construção das idéias na imprensa.

PALAVRAS-CHAVE: dialogismo; polifonia; heretogeneidade; gênero

INTRODUÇÃO

Tema e Significação

Segundo Bakhtin (1992), a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados, pois sua natureza é social. A enunciação não existe fora de um contexto sócio-ideológico, em que cada locutor tem um “horizonte social” bem definido, pensado e dirigido a um auditório social também definido. Portanto, a enunciação procede de alguém e se destina a alguém. Qualquer enunciação propõe uma réplica, uma reação.

Toda enunciação completa é constituída de significação e de tema ou sentido. Esses dois elementos integram-se, formando um todo, e sua compreensão só é possível na interação. A significação é a parte geral e abstrata da palavra; são os conceitos que estão nos dicionários responsáveis pela compreensão entre os falantes. Os elementos da enunciação, reiteráveis e idênticos cada vez que são repetidos, constituem a significação que integra o aspecto técnico da enunciação para a realização do sentido. O sentido ou tema é construído na compreensão ativa e responsiva e estabelece a ligação entre os interlocutores. O sentido da enunciação não está no indivíduo, nem na palavra e nem nos interlocutores; é o efeito da interação entre o locutor e o receptor, produzido por meio de signos lingüísticos. A interação constitui, assim, o veículo principal na produção do sentido. O sentido ou tema tem sua história, é particular

e concreto. Bakhtin (*op. cit.*, p. 129) afirma que “ O tema da enunciação é concreto, tão concreto como o instante histórico ao qual ela pertence. Somente a enunciação tomada em toda a sua plenitude concreta, como fenômeno histórico, possui um tema.”

O autor esclarece que o sentido ou tema é único, não renovável, individual e expressa a situação histórica no momento da enunciação. Por exemplo: “Que horas são?” Esta expressão tem um sentido em cada vez que é usada, dependendo não só das variações psicológicas do emissor, dos aspectos lingüísticos da enunciação, mas também do contexto extraverbal em que ocorre. Leva em consideração a entonação expressiva e o contexto socialmente determinado. Assim, nas enunciações, há tantos sentidos quanto os diversos contextos em que elas aparecem. Por isso, o sentido ou tema pode ser investigado nas formas lingüísticas e nos elementos não verbais da enunciação, ou seja, a apreciação, a entonação, o contexto, o conteúdo ideológico etc. De acordo com Bakhtin (*id. ibid.*, p. 130), o tema é uma qualidade da enunciação completa e pertencerá a uma palavra somente se essa funcionar como uma enunciação total.

Segundo Bakhtin (*id. ibid.*, p. 131), “a distinção entre tema e significação adquire particular clareza em conexão com problema da compreensão (...) Qualquer tipo genuíno de compreensão deve ser ativo e deve conter já o germe de uma resposta. Somente a compreensão ativa nos permite apreender o tema, pois a evolução não pode ser apreendida senão com a ajuda

de um outro processo evolutivo. Compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação a ela, encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente. A cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender fazemos corresponder uma série de palavras nossas, formando uma réplica. (...) A compreensão é uma forma de diálogo; ela está para a enunciação assim como uma réplica está para a outra no diálogo. Compreender é opor à palavra do locutor uma “contrapalavra”.

Dialogismo

A noção de recepção/compreensão ativa proposta por Bakhtin ilustra o movimento dialógico da enunciação, a qual constitui o território comum do locutor e do interlocutor. Nesta noção podemos resumir o esforço dos interlocutores em colocar a linguagem em relação frente a um e a outro. O locutor enuncia em função da existência (real ou virtual) de um interlocutor, requerendo deste último uma atitude responsiva, com antecipação do que o outro vai dizer, isto é, experimentando ou projetando o lugar de seu ouvinte. De outro lado, quando recebemos uma enunciação significativa, esta nos propõe uma réplica: concordância, apreciação, ação, etc. E, mais precisamente, compreendemos a enunciação somente porque a colocamos no movimento dialógico dos enunciados, em confronto tanto com os nossos próprios dizeres quanto com os dizeres alheios.

Compreendemos os enunciados alheios quando “reagimos àquelas (palavras) que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida.” (*id. ibid.*, p. 95). Compreender, portanto, não equivale a reconhecer o “sinal”, a forma lingüística, nem a um processo de identificação; o que realmente é importante é a interação dos significados das palavras e seu conteúdo ideológico, não só do ponto de vista enunciativo, mas também do ponto de vista das condições de produção e da interação locutor/receptor. Assim, na visão bakhtiniana, “a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas, nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua.” (*id. ibid.*, p. 123).

Segundo Bakhtin (*id. ibid.*, p. 123), “O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra ‘diálogo’ num sentido mais amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda

comunicação verbal, de qualquer tipo que seja. O livro, isto é, o ato de fala impresso, constitui igualmente um elemento da comunicação verbal. Ele é objeto de discussões ativas sob a forma de diálogo e, além disso, é feito para ser apreendido de maneira ativa, para ser estudado a fundo, comentado e criticado no quadro do discurso interior, sem contar as reações impressas, institucionalizadas, que se encontram nas diferentes esferas da comunicação verbal (críticas, resenhas, que exercem influência sobre trabalhos posteriores, etc.). Além disso, o ato de fala sob a forma de livro é sempre orientado em função das intervenções anteriores na mesma esfera de atividade, tanto as do próprio autor como as de outros autores: ele decorre portanto da situação particular de um problema científico ou de um estilo de produção literária. Assim, o discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc.”

Nessa perspectiva, o diálogo, tanto exterior, na relação com o outro, como no interior da consciência, ou escrito, realiza-se na linguagem. Refere-se a qualquer forma de discurso, quer sejam as relações dialógicas que ocorrem no cotidiano, quer sejam textos artísticos ou literários. Bakhtin considera o diálogo como as relações que ocorrem entre interlocutores, em uma ação histórica compartilhada socialmente, isto é, que se realiza em um tempo e local específicos, mas sempre mutável, devido às variações do contexto. Segundo Bakhtin, o dialogismo é constitutivo da linguagem, pois mesmo entre produções monológicas observamos sempre uma relação dialógica; portanto, todo gênero é dialógico.

Polifonia

O dialogismo não deve ser confundido com polifonia, porque aquele é o princípio dialógico constitutivo da linguagem e esta se caracteriza por *vozes polêmicas* em um discurso.. Há gêneros dialógicos monofônicos (*uma voz que domina as outras vozes*) e gêneros dialógicos polifônicos (*vozes polêmicas*). Segundo Brait (2000), o texto irônico é sempre polifônico, mas um artigo de opinião não é polifônico porque há uma voz dominante, não há polêmica. O gênero romance, para Bakhtin (*apud Brait, 2000*), apresenta diferentes vozes sociais que se defrontam, se entrecrocam, manifestando diferentes pontos de vista sociais sobre um dado objeto; portanto, é gênero polifônico por natureza.

Segundo Bakhtin, Dostoiévski é o criador do romance polifônico (*id. ibid.*) que apresenta contradições irremediavelmente contraditórias; não há

superação dialética dos conflitos desenvolvidos na trama. O romance polifônico de Dostoiévski não se resolve, não há síntese, não atinge uma apoteose. Segundo Bakhtin (2002, p. 4), “a multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis e a autêntica polifonia de vozes plenivalentes constituem, de fato, a peculiaridade fundamental dos romances de Dostoiévski.” A consciência do herói é dada como a outra, a consciência do outro, mas não se objetifica, não se torna simples objeto da consciência do autor porque não perde sua condição de ser autônomo e equípolente do discurso dialogado. A consciência, tanto do autor quanto das personagens, são infinitas e inconclusas, pois, afirma Bakhtin (*apud* BRAIT, 2000) “a essência delas reside precisamente nesta inconclusibilidade”.

Segundo Clark e Holquist (1998, p. 257), “Dostoiévski foi um fator decisivo na moldagem do pensamento de Bakhtin, e as vicissitudes de seu livro sobre o romancista afetaram de maneira similar o destino pessoal do crítico, intensificando o *status* de Dostoiévski de secreto partícipe no curso de existência de seu intérprete. (...) As relações entre Bakhtin e Dostoiévski foram além dos limites normais de um crítico com um autor e alcançaram o tipo de intimidade que existe entre duplos. Dostoiévski, o autor que se sentia inadequado para desenvolver a ‘a grande idéia ‘do duplo’, e Bakhtin, o pensador que devotou sua vida à meditação sobre o papel do outro no *self*, tinham muita coisa em comum.” O livro sobre Dostoiévski, que foi preparado durante a década de 20, teve a primeira edição em 1929, a segunda edição reelaborada em 1963 e constituiu o ponto essencial para o conceito de polifonia, pois o pensador russo observa que o romancista estabelece uma relação única com suas personagens, os quais têm voz própria e o mínimo de interferência da parte dele como autor, criando, assim, um novo gênero denominado por Bakhtin de polifônico, porque apresenta muitos pontos de vista, muitas vozes, cada qual recebendo do narrador o que lhe é devido.

Na *polifonia*, o dialogismo se deixa ver ou entrever por meio de muitas *vozes polêmicas*; já, na monofonia, há, apenas, o *dialogismo*, que é constitutivo da linguagem, porque o diálogo é mascarado e somente *uma voz* se faz ouvir, pois as demais são abafadas. Portanto, conclui-se que há distinção entre a polifonia (dialogismo polifônico) e a dialogia (monofonia ou dialogismo monofônico).

Heterogeneidade

Segundo Brait (2000), para precisar teoricamente o conceito bakhtiniano de dialogismo, é necessário analisar o princípio da heterogeneidade, a

idéia de que a linguagem é heterogênea, isto é, de que o discurso é construído a partir do discurso do outro, que é o “já dito” sobre o qual qualquer discurso se constrói. A heterogeneidade pode ser constitutiva ou mostrada. A primeira é aquela que não se mostra no fio do discurso; já a segunda é a inscrição do outro na cadeia discursiva, alterando sua aparente unicidade. Segundo Authier (*apud* BRAIT, 2000), a heterogeneidade mostrada pode ser marcada por meio de marcas lingüísticas (discurso direto, discurso indireto, negação, aspas, metadiscurso do enunciador), denunciando a presença do outro explicitamente; já na heterogeneidade constitutiva, o outro está inscrito no discurso, mas sua presença não é explicitamente demarcada. Authier (*id. ibid.*) considera a heterogeneidade constitutiva não-representável, não-localizável, pertencente à ordem real de constituição do discurso. A heterogeneidade constitutiva apreende-se pela memória discursiva de uma dada formação social. Para Bakhtin, o importante é a heterogeneidade constitutiva, porque é entre discursos. Ele foi o precursor de Authier.

Sujeito

Para análise do artigo “Diversãoismo e discriminação”, *corpus* deste trabalho, é importante o estudo do sujeito de Bakhtin (BRAIT, 1999), um sujeito histórico, social, ideológico, mas também corpo. É um sujeito construído na linguagem, construído pelo “outro”. Em Bakhtin, o sujeito tem um projeto de fala que não depende só de sua intenção, mas depende do “outro” (primeiro é o “outro” com quem fala; depois o “outro”, ideológico porque é tecido por outros discursos do contexto) e, ao mesmo tempo, o sujeito é corpo (são as outras vozes que o constituem). Segundo Compagnon (*apud* BRAIT 1996, p. 107), toda enunciação produz concorrentemente um enunciado e um sujeito. Não há sujeito anterior à enunciação ou à escritura, e em seguida uma enunciação, à maneira de um atributo ou de uma modalidade existencial de um sujeito; mas a enunciação é constitutiva do sujeito, o sujeito advém da enunciação.” Portanto, o sujeito de Bakhtin se constitui na e através da interação e reproduz na sua fala e na sua prática o seu contexto imediato e social. Segundo esse autor (1992, p. 35), “A consciência individual não só nada pode explicar, mas, ao contrário, deve ela própria ser explicada a partir do meio ideológico e social. A consciência individual é um fato sócio-ideológico.” Ela é um inquilino do edifício social dos

signos ideológicos. O signo ideológico por excelência é a palavra, segundo Bakhtin (1992, p. 36). Segundo Brait (2000), signo não é só o sinal que identificamos; para produzir sentido, deve ser compreendido na situação, no dentro (texto) e no fora (história).

Bakhtin (TODOROV *apud* BRANDÃO, 1995, p. 51) desenvolve uma concepção de sujeito em que o “outro” desempenha um papel crucial: “Só me torno consciente de mim mesmo, revelando-me para o outro, através do outro e com a ajuda do outro.” Devido a isso, a palavra não é monológica, mas plurivalente, e o dialogismo, uma condição constitutiva do sentido.

Gênero

O enunciado é a unidade real da comunicação discursiva. Todas as esferas da atividade humana estão relacionadas com o uso da língua que se evidencia em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e singulares. Esses enunciados refletem as situações específicas e o objeto de cada uma das esferas da atividade humana, não só pelo seu conteúdo (temático) e pelo seu estilo verbal (seleção de recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua), mas também, principalmente, pela sua organização composicional.

Os tipos relativamente estáveis de enunciados elaborados de acordo com cada esfera de troca social (esfera de utilização da língua) são chamados de gêneros do discurso. Bakhtin (1997, p. 302) afirma: “Se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo da fala, se tivéssemos de construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível.” Ao utilizarmos a língua, sempre o fazemos num dado gênero, ainda que possamos não ter consciência disso. A variedade dos gêneros discursivos é muito grande, abrangendo tanto situações de comunicação oral como de escrita, englobando, desde as formas cotidianas mais padronizadas (saudações, despedidas, felicitações, etc.) até as mais livres (conversas de salão ou bares, íntimas entre amigos ou familiares, etc.) e formas discursivas mais elaboradas como as literárias, científicas, retóricas (jurídicos, políticos), etc.

Bakhtin (*id. ibid.*, p. 281) subdivide os gêneros em duas categorias: primários (simples) e secundários (complexos). O autor considera como gêneros primários todas as circunstâncias em que uma comunicação verbal é realizada espontaneamente. Os gêneros secundários, por sua vez, sofreriam um processo de formação, e são aqueles que aparecem em circunstâncias de comunicação mais complexas, como é o caso de um romance, do discurso científico, ideológico, entre outros.

Gêneros primários e secundários possuem determinados referentes, uma determinada forma de composição e um determinado estilo. Em função das variáveis individuais dos enunciados produzidos pelo indivíduo, o estilo do gênero também será modificado de acordo com o estilo próprio de cada falante. Há gêneros mais propícios a essa modificação, mais criativos, revelando mais livremente a individualidade de quem fala, como os gêneros orais e literários, ao contrário dos mais formalizados e padronizados, porque nos primeiros o estilo individual faz parte do empreendimento enunciativo. Apesar de serem mais livres, criativos, isso não significa a recriação de um gênero, porque para usá-los livremente, é preciso um bom domínio dos gêneros. As pessoas, para se interagirem discursivamente, precisam saber expressar-se em diferentes situações e, portanto, dominar os gêneros das diferentes esferas sociodiscursivas. Por isso, é comum pessoas que, mesmo tendo um bom domínio lingüístico-discursivo em determinadas situações, não conseguem se expressar de maneira eficaz em outro contexto. Bakhtin disse tratar-se de uma inabilidade de dominar os gêneros específicos daquela esfera. Como exemplo, ele cita um homem que domina muito bem a fala em uma esfera da comunicação cultural, sabe fazer uma explanação, trava uma discussão científica, mas apresenta constrangimento em uma conversa social. Logo, o que ocorreu não foi devido a problema de vocabulário ou de estilo, mas à inabilidade de dominar os gêneros de uma conversa social.

Os gêneros apresentam uma progressiva complexidade, ou seja, passam de primário para secundário, tornando-se instrumentos para novas construções. Em seu processo de formação, os gêneros secundários absorvem e transmutam os gêneros primários, e estes últimos, como componentes dos primeiros, perdem a relação com a realidade imediata e com a realidade dos enunciados do outro, conservando sua forma e significado, mas só se integrando à realidade do gênero secundário. Um exemplo disso é dado por Bakhtin: a carta (gênero primário) no interior do romance (gênero secundário) só se integra à realidade do romance como fenômeno da vida literária e não da vida cotidiana. Na concepção bakhtiniana não pode haver enunciado isolado. Um enunciado sempre pressupõe enunciados que o precederam e que o sucederão; ele nunca é o primeiro, nem o último; é apenas o elo de uma cadeia e não pode ser estudado fora dessa cadeia. Bakhtin estabelece as fronteiras do enunciado para delimitar os gêneros; estes critérios são indissociáveis: a alternância dos sujeitos falantes, o acabamento específico do enunciado (é a alternância dos sujeitos falantes vista do interior do enunciado), as relações dos enunciados com os do locutor e com os do

outro. A totalidade acabada do enunciado para poder suscitar uma reação de resposta depende de três fatores indissociáveis: o tratamento exaustivo do objeto do sentido (seu tema que varia conforme as esferas da comunicação verbal); o intuito do locutor ou o querer-dizer do locutor; a escolha da forma do enunciado (gênero).

A importância desse último fator refere-se ao fato de que nos expressamos unicamente mediante determinados gêneros discursivos. Para Bakhtin, aprender a falar quer dizer aprender a construir enunciados (falamos com enunciados, e não com orações). Os gêneros discursivos organizam a nossa fala da mesma maneira que as formas gramaticais sintáticas a organizam.

Ao selecionarmos uma oração, segundo Bakhtin (*id. ibid.*, p. 309), a escolha não se deve à oração em si mesma, mas tem em vista a totalidade dos enunciados que se apresentam em nossa imaginação discursiva. Toda oração está dentro de um contexto, adquirindo sua plenitude de sentido dentro dele, portanto dentro do todo do enunciado.

Essa variedade no uso dos gêneros (a intenção e a escolha feita pelo sujeito falante) é determinada pela situação discursiva, pela posição social e pelas relações pessoais entre os participantes da comunicação. Esses gêneros também admitem em sua estrutura uma determinada entonação expressiva que apresenta as marcas do conteúdo ideológico.

Fowler (1991) faz um estudo de como a linguagem é usada em jornais para formar idéias e crenças. Ele está interessado no papel da estrutura lingüística na construção das idéias na imprensa. A notícia é socialmente construída, pois o importante não é tanto o evento noticiado, mas a operação complexa e artificial envolvida nos critérios de seleção. Após ser selecionada, passa por um processo de transformação antes de ser publicada. Ela será selecionada se for vista sob certo enfoque de representação; portanto, a seleção envolve um ato de interpretação ideológica. O jornal precisa ser vivo, mas, ao mesmo tempo, precisa disfarçar o fato de que é na realidade um discurso institucional. A tarefa não é só de estilo, mas também ideológico, pois conceitos institucionais precisam ser transformados em pensamentos pessoais.

Segundo Fowler (*op. cit.*, p. 13), os jornais não publicam simplesmente o que acontece, mas o que pode ser considerado e apresentado como merecedor de publicação. O produto não é a notícia nem o jornal, mas os leitores.

Esse autor afirma que Halliday considera que a forma lingüística é afetada sistematicamente pelas circunstâncias sociais. Fowler (*id. ibid.*, p. 68) menciona que o melhor modelo para examinar as conexões entre estrutura lingüística e valores sociais é

o modelo funcional desenvolvido por Halliday e seus colegas, que ele considera sua base, apesar de simplificar e alterar, acrescentando alguns conceitos seus. Fowler (*id. ibid.*, p. 69) afirma que Halliday propõe que toda linguagem realiza simultaneamente as três funções que mencionamos acima: a ideacional, a interpessoal e a textual. Fowler (1991, p. 69-70) discorda do modo com que Halliday formulou as distinções entre elas, porque ele escreveu como se o uso da língua fosse um assunto de exercício individual: “o falante inclui sua experiência”, “produz um texto”, etc. Fowler (*id. ibid.*) afirma que isto é um modelo de comunicação “livre”, “inconsciente”, porque ele aborda a dinâmica total de interação por meio da língua como sujeita à determinação social: conteúdo, falante/escritor, ouvinte/leitores e posições que são totalmente construídas na língua, sem muito controle voluntário. Eles são derivados dos significados dos discursos associados com as instituições importantes para a produção do texto. Para Fowler (*id. ibid.*), a ideacional, a interpessoal e a textual são séries de opções sociais, não áreas de escolha pessoal privilegiada. Ele também acrescenta que os mais recentes trabalhos de Halliday apresentam ênfase social.

Fowler (*op. cit.*, p. 70) esclarece que a função ideacional e a interpessoal são especialmente valiosas para suas propostas, visto que a lingüística crítica está particularmente interessada na organização da experiência e na mediação dos valores e relações sociais. Ele cita algumas construções nessas áreas que são de particular interesse para o estudo crítico do jornal, como é o caso da modalidade.

Fowler (*op. cit.*, p. 60) sugere que um texto não está em um ‘mode’ exato (ou registro), mas que “modes” e registros estão “nos” textos. Ele argumenta que o texto é co-produzido pelo escritor e leitor, negociando a natureza e o significado de um fragmento de linguagem, na base de seus conhecimentos do mundo, da sociedade e da própria linguagem. Determinar um “mode” para um texto é parte dessa prática de co-produção; portanto, um “mode” não é uma estrutura objetiva, mas uma idéia na mente dos usuários da língua. Assim, o modelo oral é um exemplo de um esquema. No jornal, a ilusão da oralidade é obtida com utilização de gírias, sintaxe contraída, etc. Esquema é uma porção do conhecimento inconsciente, partilhado por um grupo de pessoas e indispensável no processo de atribuição de coerência e significado às experiências. Ele é responsável pelos estereótipos que são construções sociais mentais arquivadas dentro das quais eventos e indivíduos podem ser escolhidos, assim fazendo tais eventos e indivíduos compreensíveis: “patriota”, “homem de negócios”, etc. Os estereótipos

são criativos: nós os projetamos no mundo para que eles façam sentido.

Metodologia

O artigo de opinião a ser analisado foi extraído do jornal *Folha de S. Paulo*, caderno opinião 1, p. 3 de sábado, 1º de abril de 2000, seção Tendências e Debates. Esta seção deste jornal, aos sábados, apresenta um assunto que é argumentado por pessoas estranhas ao jornal, com idéias contrastantes. Para responder à pergunta “*A criação do salário mínimo estadual é uma iniciativa positiva?*”, analisaremos o artigo intitulado *Diversionismo e discriminação*, de Paulo Renato Paim, deputado federal pelo PT do Rio Grande do Sul, que apresenta posição contrária a tal iniciativa.

Análise dos Dados

Como contexto, constatamos a situação política contraditória em que governo do presidente Fernando Henrique Cardoso se anula em benefício da elite, resultando na insatisfação popular devido ao desemprego, à miséria, à má distribuição de renda, à falta de moradia, ao salário mínimo irrisório. Conseqüentemente, violência, criminalidade e povo revoltado. Fernando Henrique Cardoso, um sociólogo que foi exilado durante a ditadura, iludiu a população que acreditou em milagre governamental após anos de ditadura.

Paim, ex-secretário da CUT, membro do Partido dos Trabalhadores (PT), que é o partido de oposição ao governo, nos dois primeiros parágrafos, faz uma retrospectiva histórica, denunciando a injustiça social que houve e está havendo até nossos dias em relação à classe trabalhadora. Ele mostra a supremacia do fator econômico sobre a justiça social, fazendo uma analogia do Brasil, antes de 1888, quando havia discussão dos conservadores e liberais pela mão-de-obra escrava, com o Brasil dos dias atuais, quando há discussão pela melhor distribuição de renda e por um salário mínimo mais injusto. Ele utiliza, nos dois parágrafos, o marcador discursivo “enquanto” (= ao passo que), para mostrar o confronto que houve em 1888 entre os conservadores e os liberais e o que há atualmente entre a elite (governo, empresários) e a classe trabalhadora. Portanto, ele elabora uma comparação do 1º parágrafo com o 2º, com base neste confronto, concluindo que “Infelizmente.....Tudo leva a crer que a que a questão transcenderá o debate do momento”. Utiliza-se da modalidade de atitude atitudinal (KOCH, 1987, p. 192) “Infelizmente” para indicar uma atitude sua diante dos fatos, mostrando a sua voz, a sua opinião. A opinião dele também se dá na

conclusão a que chegou, empregando a generalização “tudo” e o verbo de modalidade epistêmica “crer”, considerado por Ducrot (*apud* MAINGUENEAU, 1989, p. 88) como verbo de “opinião” com pouco envolvimento do locutor. Paim emprega, no 1º parágrafo, a metáfora “digladiavam” e, no 2º, “duelo”, para indicar luta, clima de guerra. O efeito de sentido produzido é que a situação permanecerá estática e que a elite continuará discutindo sem encontrar solução para um salário mínimo justo.

No 3º parágrafo, ele utiliza a voz do outro entre aspas (heterogeneidade mostrada) ao se referir ao “Aurélio”, a voz da sabedoria (do dicionário); voz de aceitação geral, comprovada. Verificamos que as aspas, segundo Authier (*apud* BRAIT, 2000) constituem a heterogeneidade mostrada, pois denunciam a presença do outro explicitamente na cadeia discursiva, alterando sua aparente unicidade. Verificamos a voz do autor do texto quando ele se refere à política do governo que desvia o assunto quando se trata do salário mínimo, classificando-a de “no mínimo, uma política diversionista” e mostrando a sua avaliação.

No 4º parágrafo, o autor do texto já não mais se refere à política do governo como “no mínimo, diversionista”, mas afirma: “No seu diversionismo, o governo quer tirar até a data histórica dos trabalhadores, que é o 1º de Maio”. Observamos a presença do ideológico que, neste caso, é a ideologia da fonte (Paim do PT). Segundo Bakhtin (*apud* BRANDÃO, 1995, p. 53), “Um enunciado vivo, significativamente surgido em um momento histórico e em um meio social determinados, não pode deixar de tocar em milhares de fios dialógicos vivos, tecidos pela consciência socioideológica em torno do objeto de tal enunciado e de participar ativamente do diálogo social. De resto, é dele que o enunciado saiu: ele é como sua continuação, sua réplica...” O autor emprega o operador “até”, que mostra mais o diversionismo do governo em relação aos trabalhadores, chegando a querer tirar “até” a data histórica que os homenageia. O efeito de sentido produzido é o de que já tiraram tudo dos trabalhadores e que agora só falta tirar-lhes a data. Para acentuar esse diversionismo, Paim comprova, com a voz da Constituição, que o estabelecimento do salário mínimo estadual está ferindo, transgredindo artigos constitucionais. No final deste parágrafo, verificamos, no discurso indireto (heterogeneidade mostrada), a voz do povo clamando por justiça social, com a criação de um salário mínimo unificado e justo. A presença do léxico emotivo, segundo Fowler (1991, p. 80), é para persuadir o leitor. Verificamos a presença do estereótipo “trabalhador” como sendo o injustiçado, o que clama por justiça. Além da heterogeneidade

mostrada do discurso, observamos que Paim leva o leitor, por meio da heterogeneidade constitutiva do discurso, a reivindicar justiça. Conforme mencionamos, para Bakhtin (*apud* BRAIT, 2000), a heterogeneidade constitutiva é a mais importante das duas, porque é entre discursos, apreendendo-se pela memória discursiva.

No 5º parágrafo, no trecho “A Comissão Especial do Salário Mínimo, depois de visitar (...) ouviu a sociedade organizada e aprovou relatório que afirma ser possível fixar o salário ...”, o autor, utilizando discurso indireto, mostra a voz da Comissão, que constata a possibilidade de unificar o salário mínimo nacionalmente em R\$ 177. A seguir, neste mesmo parágrafo, segundo Fowler (1991), Paim emprega a retórica de quantificação, uma estratégia discursiva hiperbólica, de intensificação: “...um superávit de mais de R\$ 15 bilhões”. Nesta estratégia, constatamos a voz do autor (“Não digam, portanto, que a Previdência é deficitária”), concluindo que há possibilidade de o salário mínimo ser unificado.

No 6º parágrafo, o autor faz uma retrospectiva histórica, para confirmar que o salário mínimo regional já houve no Brasil em 70 e em 82 e que foi extinto porque não deu certo, com a sua unificação estabelecida pela Constituição de 88. Entre aspas (heterogeneidade mostrada), ele comenta que esta discussão em torno do salário mínimo é “briga de cachorro grande” (refere-se à discussão de outras vozes: do governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães; da governadora do Maranhão, Roseane Sarney; e do presidente Fernando Henrique Cardoso). Ele se utiliza do provérbio entre aspas (heterogeneidade mostrada) para indicar a voz do povo através de enunciado já conhecido por uma coletividade que goza do privilégio da intangibilidade. Segundo Maingueneau (1989, p. 100), “esses enunciados (como provérbios) não podem ser resumidos nem reformulados, pois constituem a própria Palavra, captada em sua fonte. ...Verdade imemoriais por definição, os provérbios, com muita justiça, fazem parte do dicionário de língua. Não é possível, em sentido estrito, citar um provérbio, relatá-lo; pode-se apenas referi-lo a um Outro absoluto no qual estaríamos incluídos por direito.” O autor utiliza a modalidade epistêmica “de fato” para indicar a sua certeza (sua voz) do que está relatando. A seguir, Paim menciona : “A elite deste país é esperta, e muito: discute e rediscute o conceito de pobreza e os meios para combatê-la, mas ela permanece, infelizmente, a mesma”. Ele emprega o operador argumentativo “Mas”, que, segundo Ducrot (*apud* KOCH, 1998, p. 35), “é o operador argumentativo por excelência. O

esquema de funcionamento do ‘mas’ é o seguinte: o locutor introduz em seu discurso um argumento possível para uma conclusão R; logo em seguida, opõe-lhe um argumento decisivo para a conclusão contrária não-R (~ R). Ducrot ilustra esse esquema argumentativo recorrendo à metáfora da balança: o locutor coloca no prato A um argumento (ou conjunto de argumentos) com o qual não se engaja, isto é, que pode ser atribuído ao interlocutor, a terceiros, a um determinado grupo social ou ao saber comum de determinada cultura; a seguir, coloca no prato B um argumento (ou conjunto de argumentos) contrário, ao qual adere, fazendo a balança inclinar-se nessa direção (ou seja, entrechocam-se no discurso ‘vozes’ que falam de perspectivas, de pontos de vista diferentes – é o fenômeno da polifonia”. Em nosso caso, Paim coloca, como Koch sugeriu, em um prato da balança o argumento que mostra o poder da elite em combater a pobreza, se quisesse; em outro prato da balança, coloca que a pobreza continua a mesma. Ele emprega ainda a modalidade de atitude atitudinal (KOCH, 1987, p. 192) “Infelizmente”, para indicar uma atitude sua diante dos fatos, mostrando a sua voz.

No 7º parágrafo, o autor mostra a discriminação dos trabalhadores, principalmente os aposentados e pensionistas. Ele emprega a modalidade epistêmica “principalmente” (=exatamente, justamente), para mostrar certeza em relação à proposição, aparecendo a sua voz. Paim mostra o ideológico acentuadamente ao se referir: “... Manter o mínimo unificado com valor justo, beneficiando milhões de brasileiros, não é um ato revolucionário, apenas contribui para evitar uma convulsão social”. Notamos a ideologia do PT quanto à igualdade (dividir igualmente); mas ele ressalta que não é um ato revolucionário. Quando ele emprega a negação (heterogeneidade mostrada), “Manter o mínimo unificado com valor justo, beneficiando milhares de brasileiros, não é um ato revolucionário, apenas contribui para evitar a convulsão social”, é para aconselhar que se unifique o salário mínimo, porque, caso contrário, haveria uma revolução social. Ele começa a intensificar sua revolta e a construir o texto para uma convulsão social, caso não haja unificação. O léxico (justo, revolucionário, convulsão social) é importante para formar este clima de insatisfação social.

No 8º parágrafo, Paim continua a construir o discurso, mostrando as conseqüências do salário mínimo estadual de uma maneira progressiva, que leva o leitor a sentir que haverá uma explosão comparada à de um vulcão. O autor procura uma interação maior com o leitor, fazendo-lhe perguntas que o conduzem a uma confusão social: “O que faria e como ficaria a camada 1% mais rica da população, que detém 50% da

riqueza nacional, se os milhões de famintos fossem às ruas?” Observamos a presença da ideologia fortemente acentuada pela desigualdade social tão presente em nosso país.

No 9º parágrafo – “Como será que os parlamentares que recebem R\$ 8000, defendem um teto de R\$ 11 mil ou R\$ 12 mil, com efeito dúplex, e dizem estar em dificuldades financeiras, se sentem diante dos que receberão R\$ 151 mensais? E dos 18 milhões de aposentados e pensionistas que estão sendo sacrificados?” –, ele continua a mostrar essa diferença social, utilizando o discurso indireto com a voz dos parlamentares que estão defendendo um salário mais alto. A palavra “dúplex”, que tem um sentido dúbio, deve estar empregada no sentido de que, além do salário, os parlamentares ainda recebem um apartamento dúplex. No 10º parágrafo, ele se utiliza do discurso indireto, com a voz dos historiadores: “Os historiadores certamente lembrarão às futuras gerações que, no ano 2000, a elite brasileira repetiu a mesma tática utilizada no período escravagista e foi responsável por sermos o último país do mundo a abolir a escravidão e, hoje, é o país que paga o menor salário mínimo do mundo”. Ele retorna à sua posição inicial, reforçando à idéia de que a elite age como na época da escravidão. Emprega o advérbio de atitude epistêmica “certamente” para qualificar como certo o conteúdo do enunciado produzido, e dessa qualificação decorre uma maior adesão de Paim. O léxico (elite, escravagista, escravidão, menor salário mínimo) intensifica esta discriminação. O efeito de sentido produzido é o de que a elite (governo, empresários) continua discriminando a classe trabalhadora.

No 11º parágrafo, constatamos a voz do autor, solidarizando-se com o leitor, ao usar o pronome “nós”, que é comum nos jornais, segundo Fowler (1991, p. 212), para invocar consenso. Ele emprega o operador argumentativo “mas” no sentido de contrajunção: “Pode parecer um sonho, mas gostaríamos que este artigo representasse o desabafo e o pedido de milhões de brasileiros que não podem falar, mas que têm vontade de gritar, na sua humildade, na sua timidez, mas cuja voz não sai do peito ou não consegue fazer seu grito ser ouvido”. Nessas contrajunções verificamos o irreal (“sonho”, “...vontade de gritar...”) em contradição ao real (“desabafo e pedido de milhões de brasileiros...”, “voz não sai do peito ou não consegue fazer seu grito se ouvido”). Paim encerra o discurso com a

predominância da voz do povo, que não deixa de ser a sua voz, a voz ideológica do partido que ele representa. Ele emprega o léxico que prega a ideologia do PT (“grito”, “clama”, “humildade”, “discriminar”, “voz não sai do peito”), ecoando-nos as vozes dos escravos, dos excluídos, dos marginalizados. Constatamos, não só neste parágrafo, mas também nos anteriores, que o dialogismo está sempre presente, pois, como Bakhtin afirma, o dialogismo é constitutivo da linguagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta análise do artigo de opinião, constatamos, segundo Bakhtin, que todo gênero é dialógico porque o dialogismo é constitutivo da linguagem. No entanto, não devemos confundir dialogismo com polifonia, porque há gêneros dialógicos polifônicos (vozes polêmicas) e gêneros dialógicos monofônicos (uma voz que domina as outras vozes). Segundo Bakhtin (1997, p. 355), mesmo entre produções monológicas, observamos sempre uma relação dialógica. Por exemplo, o gênero romance, para Bakhtin, apresenta diferentes vozes sociais que se defrontam, se entrecrocavam, manifestando diferentes pontos de vista sociais sobre um dado objeto; portanto, é gênero polifônico por natureza. Bakhtin (*apud* BRAIT, 2000) salienta que, no romance polifônico de Dostoiévski, as contradições são irremediavelmente contraditórias; não há superação dialética dos conflitos desenvolvidos na trama. O romance polifônico de Dostoiévski não se resolve, não há síntese, não atinge uma apoteose. A consciência, tanto do autor quanto das personagens, são infinitas e inconclusas, pois, conforme Bakhtin (*id. ibid.*), “a essência delas reside precisamente nesta inconclusibilidade”. Em um artigo de opinião como é o da nossa análise, verificamos a presença da heterogeneidade, várias vozes, como a da história, a do dicionário, a do povo, a da Constituição, a da Comissão do Salário Mínimo, a do governo, a da elite, mas há uma voz dominante sem que haja polêmica; portanto, confirmamos a afirmação de que o artigo de opinião tem dialogia, e não polifonia. Assim, com este trabalho, constatamos a presença do dialogismo neste gênero, desmitificando a tendência de generalizar os gêneros como polifônicos, segundo Bakhtin (*apud* BRAIT, 2000).

ABSTRACT

This work aims to analyse an opinion article (Folha de São Paulo, April 1st, 2000) to verify the presence of dialogism in this gender, dismistifying this tendency to generalize the genders as polifonics, according to Bakhtin (*apud* BRAIT, 2000). To prove this

affirmation, we will present in this work some theoretical points which will be very important to this study: the enunciation, highlighting the concept of the theme and meaning, dialogism, polyphony, subject, heterogeneity, gender in Bakhtin (1981, 1992, 1997, 2002), in studious people in his theory, like: Brait (1996, 1999, 2000), Brandão (1995), Clark e Holquist (1998), Koch (1987, 1998), Maingueneau (1989). As we study about newspaper articles, it is relevant to mention Fowler (1991), a critical discourse analyst, who studied the role of linguistic structure in the building of ideas in the media.

KEY-WORDS: dialogism; polyphony; heterogeneity; gender

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

_____. Os gêneros do discurso. In: *Estética da Criação Verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. cap. p. 279-326.

_____. *Problemas da Poética de Dostoiévski*. 3. ed. Traduzido por Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

BRAIT, B. *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas, São Paulo: Unicamp, 1996.

_____. Mikhail Bakhtin: o discurso na vida e o discurso na arte. In: DIETZSCH, M. J. (Org.) *Espaços da linguagem na educação*. São Paulo: Humanitas, 1999, p. 11-39.

_____. *Anotações em sala de aula*. São Paulo: PUC, 2000.

BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas, São Paulo: Unicamp, 1995.

CLARK, K.; HOLQUIST, M. *Mikhail Bakhtin*. Traduzido por J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1998.

FOWLER, R. *Language in the News: Discourse and Ideology in the Press*. London: Routledge, 1991.

KOCH, I. G. V. *Argumentação e Linguagem*. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. *A Inter-Ação pela Linguagem*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, 1989.

Maria Leticia de Almeida Rechdan é Professora Colaboradora no Departamento de Ciências Sociais e Letras da Universidade de Taubaté